



FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Setor de Autarquias Sul (SAUS) Quadra 4 - Bloco N, Edifício Sede - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-040
Telefone: (61) 3314-6619
- <http://www.funasa.gov.br/>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 25100.003290/2020-06

1. OBJETIVO

1.1. Contratação de empresa (s) especializada (s) para o fornecimento de livros de acordo com as especificações constantes no PBS s/nº/2020 (2252157).

2. OBJETO

2.1. Aquisição de livros para manter os integrantes da Auditoria Interna da Funasa, atualizados com os temas afetos à área

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Em decorrência da Pandemia ocasionada pelo Covid-19, houve a necessidade de postergar as capacitações dos servidores da AUDITORIA, motivo pelo qual estão recorrendo a literaturas mais completas e com maiores facilidades para seu uso.

3.2. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.2.1. Os livros que se pretende adquirir será de extrema utilidade para o cumprimento das competências da Auditoria Interna e do Plano Anual da Auditoria Interna do exercício de 2020.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. Livros:

4.1.1. **1. GESTÃO DE RISCOS - Diretrizes para a Implementação da ISO 31000:2018** - Coleção *Risk* Tecnologia;

4.1.2. **2. AUDITORIA BASEADA EM RISCOS - Como implementar a ABR nas organizações: uma abordagem inovadora** - Coleção *Risk* Tecnologia.

4.1.3. **3. GOVERNANÇA PÚBLICA** - o desafio do Brasil por João Augusto Ribeiro Nardes Capa dura - 3º Edição

4.1.4. **4. DA GOVERNANÇA A ESPERANÇA** - (Português) Capa comum - Janeiro 2018 - por [João Augusto Ribeiro Nardes](#)

4.1.5. **Todos os livros ainda que estejam indicado ano de edição, devem ser entregues os mais atualizados**

5. RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os materiais deverão estar de acordo com os normativos de segurança atualmente em vigor exigidos para a finalidade a que se destinam;

5.2. Os produtos deverão ser entregues em horário comercial, de 7:30 as 12:00hs e de 14:00 as 17:30hs, no Serviço de Patrimônio e Administração de Material (SEPAM) – Setor de Autarquias Sul - SAUS, Quadra 04, Bloco N, Brasília-DF. Fone: (61) 3314-6542, acompanhado da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, no prazo estipulado neste Termo de Referência e nas quantidades indicadas na Nota de Empenho;

6. ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM

6.1. A Administração considera que os itens enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/02, Artigo 3º, inciso I ao III, Decreto 3.555/00, Artigo 8º, inciso II, Decreto nº 5.450/05, Artigo 9º, inciso I e § 2º, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei nº 8.666/93, Artigo nº 6º, inciso IX por analogia, sendo possível estabelecer o padrão que se pretende de forma objetiva por meio das especificações usualmente empregadas por fornecedores do ramo.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

Item	Descrição do Item (Objeto)	CATMAT/ CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Valor (R\$)		
					Unitário	Frete	Total
01	GESTÃO DE RISCOS - Diretrizes para a Implementação da ISO 31000:2018 - Coleção <i>Risk</i> Tecnologia. Acompanhado da "planilha automatizada para Avaliação da Maturidade da Gestão de Riscos"		01	Und.	R\$ 360,00	R\$ 38,20	R\$ 398,20
02	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS - Como implementar a ABR nas organizações: uma abordagem inovadora - Coleção <i>Risk</i> Tecnologia.		01	Und.	R\$ 290,00	R\$ 38,20	R\$ 328,20
03	Governança pública - o desafio do Brasil por João Augusto Ribeiro Nardes Capa dura - 3º Edição		01	Und.	R\$ 190,00	R\$ 38,20	R\$ 228,20
04	Da Governança a Esperança - (Português) Capa comum - Janeiro 2018 - por João Augusto Ribeiro Nardes		01	Und.	R\$ 89,00	R\$ 38,20	R\$ 127,20
Global							R\$ 1.081,80

7.1. O detalhamento da pesquisa de preços encontra-se no Informe (SEI! nº 2159583, 2159586, 2213009 e 2213088), que fará parte do processo licitatório.

8. **PERÍODO DA EXECUÇÃO**

8.1. 15 (quinze) dias após o recebimento do Empenho, conforme legislação vigente.

9. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Nos preços ofertados, além de estar compatível com os praticados no mercado do ramo, deverão estar inclusos todos os custos necessários, tais como: acessórios de instalação, impostos, tributos, custos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, frete, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do item;

9.2. Os fornecedores deverão estar legalmente estabelecidos e explorarem o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

9.3. Efetuar a entrega dos materiais no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e deste Termo de Referência, com a alocação de funcionários necessários a perfeita entrega dos materiais objeto deste Termo de Referência;

9.4. Assumir total responsabilidade dos ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os objetos deste Termo de Referência, e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pela adjudicada no ato do pagamento;

9.5. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, e diligenciar para que seus funcionários utilizem equipamentos de proteção Individual adequado no cumprimento de suas funções quando da entrega dos materiais;

9.6. Responder, civil e criminalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, a Funasa ou a terceiros, por seus funcionários, dolosa ou culposamente quando da entrega dos materiais;

9.7. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

9.8. Manter-se, durante a execução do objeto deste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9.9. Na execução do objeto deste Termo de Referência, serão deveres da adjudicada as seguintes exigências:

9.10. Fornecer os materiais objeto deste Termo de Referência, *novos, originais e compatíveis com o constante neste Termo de Referência*, em perfeitas condições, dentro das especificações exigidas, devidamente embalados de fábrica, estarem sobre base especial para transporte compatível com o peso e volume da carga;

9.11. As embalagens deverão ser constituídas em material atóxico, degradável e/ou de fontes renováveis, conforme ABNT NBR – 15448;

9.12. Fornecer todo e qualquer material, seja acessório/equipamento/ferramenta, necessário ao perfeito funcionamento dos materiais, dentro das especificações exigidas e observando todas as normas técnicas e legislações aplicáveis;

9.13. A adjudicada deverá cumprir toda legislação vigente exigidas ao fiel cumprimento objeto deste Termo de Referência, quando da sua entrega, substituindo o produto quando apresentar algum defeito de fabricação constatada pelo Sepam;

9.14. Os materiais a serem adquiridos, nas respectivas quantidades, deverão apresentar as especificações requeridas no Edital e neste Termo de Referência, serem de linha de fabricação atual, não serão aceitos modelos cuja produção tenha sido encerrada ou que estejam com tecnologia sabidamente ultrapassada.

10. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega das matérias objeto deste Termo de Referência;

10.2. Permitir o acesso dos empregados da adjudicada às suas dependências para entrega dos materiais;

10.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos servidores quando da entrega dos materiais;

10.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências legais;

10.5. Comunicar oficialmente à empresa adjudicada, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do objeto desta licitação, aplicando as sanções cabíveis, previstas no edital e neste Termo de Referência;

10.6. Proporcionar à adjudicada as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o objeto desta licitação.

10.7. No que couber, o contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico.

11. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

11.1. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a adjudicada que:

11.2. Não executar total ou parcialmente o objeto desta licitação;

11.3. Apresentar documentação falsa;

11.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.5. Cometer fraude fiscal;

11.6. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços;

11.7. A adjudicada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.8. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto deste Termo de Referência;

11.9. Será aplicada multa nas seguintes condições:

11.10. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total empenhado pelo fornecimento de produtos inadequados;

11.11. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Funasa, pelo prazo de até dois anos;

11.12. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº

205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU;

- 11.13. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 11.14. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a adjudicatada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
- 11.15. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- 11.16. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao fornecedor;
- 11.17. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;
- 11.18. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor a Funasa, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
- 11.19. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do objeto decorrente desta licitação:
- 11.20. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 11.21. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.22. Demonstrem não possuir idoneidade para licitar com a Administração em virtude de atos ilegais praticados;
- 11.23. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;
- 11.24. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 11.25. As multas devidas e/ou prejuízos causados serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;
- 11.26. Caso a Funasa, determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (DEZ) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 11.27. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;
- 11.28. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 11.29. Os proponentes, licitantes e contratados devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, a exemplo do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, quando participarem de licitações públicas;
- 11.30. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato."

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado por servidor do Sepam;
- 12.2. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR pelos danos causados a Funasa ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus funcionários quando da entrega dos materiais.

13. DA SUSTENTABILIDADE

- 13.1. Deverão ser observados, na aquisição, os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, no que couber;
- 13.2. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar comprovação da observação dos critérios de sustentabilidade ambiental.

14. QUALIFICAÇÕES

- 14.1. A qualificação dos proponentes deve ser realizada de acordo com o estabelecido no art. 27 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

15. RESCISÃO CONTRATUAL

- 15.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no art. 78 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 16.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA se reserva no direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço executado não estiver em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e Anexos.

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005 e art. 15 da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Rodrigues da Silva, Chefe de Serviço**, em 21/07/2020, às 08:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Fragoso Carneiro, Coordenador de Compras e Contratos**, em 21/07/2020, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Liziane Raquel Moreira, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos**, em 21/07/2020, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Luiz Barroso Junior, Diretor do Departamento de Administração**, em 21/07/2020, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.funasa.gov.br/consulta>, informando o código verificador **2252227** e o código CRC **1E34F356**.